



Recebido em: 26 Jul. 2019
Aceito em: 18 Ago. 2019
Publicado em: 8 Dez. 2019

O FUNCIONAMENTO DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS: POSSÍVEIS RELAÇÕES

THE FUNCTIONING OF THE STUDENT COUNCILS AND THE DEMOCRATIC

MANAGEMENT OF THE SCHOOL: POSSIBLE RELATIONS

EL FUNCIONAMIENTO DE LOS GREMIOS ESTUDIANTILES Y LA GESTIÓN

DEMOCRÁTICA DE LA ESCUELA: POSIBLES RELACIONES

Gabriel Franco de Oliveira Zambon

E-mail: gabriel_zambon@yahoo.com.br

Secretaria Municipal de Educação de Serra - ES

Leonardo Bis dos Santos

E-mail: leonardo.bis@ifes.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES

RESUMO

No presente artigo, definimos como objetivo principal pensar as relações entre o funcionamento dos grêmios estudantis de três unidades de ensino municipais da Serra (ES) e a gestão democrática das escolas, implantada no Brasil sob o contexto do neoliberalismo, na década de 1990. Para tal, examinamos os livros de atas dos grêmios estudantis, observamos a atuação dos estudantes à frente de tais entidades durante a aplicação de um curso voltado a eles, e pesquisamos a bibliografia relativa a implantação da gestão democrática das escolas no Brasil, bem como a sua situação atual nas escolas municipais da Serra. Concluímos que a forma como a gestão democrática têm sido implementada nos sistemas de ensino brasileiros, desde o seu início, sob a égide do neoliberalismo, até os dias de hoje, tem prejudicado o funcionamento dos grêmios estudantis, quando os analisamos sob o aspecto da representação dos interesses discentes e como espaço de apropriação do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Grêmio Estudantil. Gestão Democrática da Escola. Educação Básica

ABSTRACT

In the present article we define, as main objective, to think the relations between the functioning of the student councils of three municipal schools in the municipality of Serra (ES) and the democratic management of schools, implanted in Brazil under the context of neoliberalism in the 1990s. In order to achieve this, we examined the minutes of these student groups, observed the participation of the students that were in charge of the entities during the application of a course aimed at them, and investigated the bibliography related to the implementation of the democratic management of schools in Brazil, as well as their current situation in Serra's municipal schools. We conclude that the way in which democratic management has been implemented in Brazilian education systems, since its beginning under the aegis of neoliberalism to the present day, has hindered the functioning of the student groups, when we analyze them under both the aspect of representation of students' concerns and as a space for the appropriation of knowledge.

KEYWORDS: Student Council. Democratic Management of the School. Basic Education.

RESUMÉN

En el presente artículo definimos, como objetivo principal, pensar las relaciones entre el funcionamiento de los gremios estudiantiles de tres unidades de enseñanza en la municipalidad de la Sierra (ES) y la gestión democrática de las escuelas, implantada en Brasil bajo el contexto del neoliberalismo en la década de 1990. Para esto, examinamos los libros de actas de los gremios estudiantiles, observamos la actuación de los estudiantes frente a tales entidades durante la aplicación de un curso dirigido a ellos, e investigamos la bibliografía relativa a la

implantación de la gestión democrática de las escuelas en Brasil, bien como su situación actual en las escuelas municipales de la Serra. Concluimos que la forma como la gestión democrática ha sido implementada en los sistemas de enseñanza brasileña, desde su inicio bajo la égida del neoliberalismo hasta los días de hoy, ha perjudicado el funcionamiento de los gremios estudiantiles, cuando lo analizamos bajo el aspecto de la representación de los intereses discentes y como espacio de apropiación del conocimiento.

PALABRAS CLAVE: *Gremio Estudantil. Gestión Democrática de la Escuela. Educación Básica.*

INTRODUÇÃO

No presente artigo analisaremos a atuação de estudantes a frente de grêmios estudantis, nos Anos Finais do Ensino Fundamental de três escolas municipais da Serra (ES). Entendemos tais entidades como um dos instrumentos da gestão democrática (PARO, 2016). Como estratégia de aproximação aos grêmios estudantis, recorreremos ao oferecimento, a esses alunos, de um curso de curta duração, composto por quatro oficinas, em que associamos três elementos: (1) a apropriação de conceitos básicos em relação à democracia e à gestão democrática, bem como das objetivações dos movimentos estudantis com foco no desenvolvimento histórico dos grêmios secundaristas no Brasil; (2) a compreensão do funcionamento dos espaços de decisão institucionalizados nas unidades de ensino do município da Serra, em especial os conselhos de escola e os grêmios estudantis; (3) o planejamento de ações a serem desenvolvidas pelos alunos em cada uma das escolas. Para a coleta de dados, analisamos os livros de atas de cada um dos grêmios estudantis, recolhemos os depoimentos dos alunos durante as oficinas e observamos a atuação dos participantes ao longo de todo o curso, em especial, nos momentos de execução das ações planejadas. Para análise dos dados, procuramos compreender como a gestão democrática foi efetivada nas escolas públicas brasileiras, na década de 1990, e o que isso representou para a participação, nos processos decisórios, dos diversos segmentos que atuam no espaço escolar.

O estudo que aqui apresentamos faz parte da dissertação intitulada “Grêmios estudantis: caminhos para a emancipação”, desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades, do Instituto Federal do Espírito Santo. Também está inserido nas discussões teóricas realizadas no Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sociedade e Emancipação (GEPESE) do mesmo instituto. O curso de curta duração que ofertamos aos estudantes teve dois objetivos principais para a pesquisa de mestrado: o de coletar dados para compreendermos o funcionamento dos grêmios estudantis nas escolas municipais da Serra; e o de contribuir com

a qualificação da atuação dos alunos que exercem cargos nas diretorias gremistas. Neste artigo, apresentamos, apenas, os resultados da coleta de dados. Dessa forma, buscamos compreender os limites e as possibilidades da atuação dos estudantes nos grêmios estudantis e relacioná-los à forma como a gestão democrática foi implantada nos sistemas de ensino brasileiros.

As oficinas foram desenvolvidas entre os dias 23 de abril de 2018 e 26 de junho de 2018. Na “EMEF B” participaram onze alunos que integram a diretoria gremista e todos se mantiveram até a última oficina. Nesta escola, por uma determinação estabelecida no estatuto do grêmio estudantil, as chapas, para concorrerem às eleições, devem ter metade dos membros em cada um dos turnos em que são oferecidos os anos finais do Ensino Fundamental; assim, as oficinas foram divididas entre os turnos matutino e vespertino para atender a todos os membros da diretoria gremista. Na “EMEF L”, os participantes também eram os membros da diretoria gremista e formavam um grupo de sete integrantes; todos se mantiveram até o final do curso. Já na “EMEF A”, por não haver diretoria gremista eleita desde 2016, a equipe gestora selecionou os participantes; na primeira oficina, participaram vinte e cinco alunos e, na última, compareceram onze.

FUNCIONAMENTO DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS

Na primeira oficina, foi destinado um tempo para analisarmos a situação do grêmio estudantil na escola, com o objetivo de compreender como se dava a participação dos alunos nas decisões que eram tomadas em cada uma das unidades de ensino. Os alunos foram, então, divididos em grupos para discutir a atuação discente em diferentes espaços de tomada de decisão. O quadro a seguir sintetiza as falas dos alunos a esse respeito.

QUADRO 1 – PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NOS ESPAÇOS DE DECISÃO DA ESCOLA			
ESCOLA	CONSELHO DE ESCOLA	REPRESENTANTES DE TURMA	DECISÕES E PLANEJAMENTOS DA ESCOLA



EMEF L	Uma das gremistas é membro do conselho de escola, mas ela não conhece os outros membros do conselho. Gremistas afirmaram que os professores escolheram os alunos representantes no conselho. Não entendem o funcionamento do conselho e nem sabem para que serve.	Foram eleitos dois representantes de turma no início do ano.	Os gremistas têm espaço para dialogar com a equipe gestora da escola e para propor ações. As ideias são avaliadas pela equipe gestora, que decide se vão ou não serem colocadas em prática.
EMEF A	Os participantes das oficinas não sabem o que é o conselho de escola, e nem quem são seus representantes.	Os representantes de turma não foram eleitos.	Os participantes das oficinas afirmaram que não participam, em nenhum momento, dos planejamentos e das decisões tomadas na escola.
EMEF B	Os gremistas não sabem como funciona o conselho de escola. Nenhum deles sabe quem são seus representantes.	Os representantes de turma não foram eleitos.	Os gremistas têm espaço para dialogar com a equipe gestora da escola e para propor ações e atividades. As ideias são avaliadas pela equipe gestora, que decide aquelas que serão colocadas em prática.

Fonte: elaborado pelos autores, 2018.

Foi possível observar que os alunos que participaram das oficinas não conheciam o funcionamento do conselho de escola, tão pouco quem eram seus representantes em tal entidade. Também não demonstraram ter noção sobre as decisões que poderiam ser tomadas naquele espaço. Tal fato prejudica a participação dos estudantes nos processos decisórios, pois o conselho de escola é o principal órgão deliberativo do espaço escolar, tendo atribuições pedagógicas, administrativas e financeiras. A participação dos alunos, nas decisões e nos planejamentos das escolas pesquisadas, fica restrita à apresentação de suas ideias à equipe gestora. Na “EMEF L” e na “EMEF B”, por exemplo, os estudantes afirmaram ter oportunidade de dialogar com a equipe gestora da escola e de propor ações a serem desenvolvidas. Afirmaram, também, que tais propostas são avaliadas pelos profissionais, que definem se podem ou não ser executadas. Ou seja, mesmo apresentando suas ideias, apenas aquelas que recebem a concordância dos profissionais da escola são colocadas em prática. Na “EMEF A”, parece que nem essa consideração com a opinião dos estudantes existe. Os participantes das oficinas afirmaram que nunca foram convidados a colaborar com o planejamento ou com as tomadas de decisão na escola, nem ao menos são consultados sobre seus interesses e opiniões.

Podemos afirmar que a atuação dos estudantes, por meio dos grêmios estudantis, não os permite se apropriarem de conhecimentos relativos aos processos decisórios que são organizados dentro da escola: não sabem o que é o conselho de escola, não entendem o seu funcionamento e nem, ao mínimo, sabem quem os representa naquela entidade. Também não identificamos qualquer tipo de organização ou planejamento que oportunizasse aos alunos, que participam da gestão gremista, apropriarem-se de conhecimentos de forma sistematizada, sejam eles relativos à democracia ou relativos ao próprio estatuto gremista. Não estamos afirmando que a participação dos alunos nos grêmios não gera nenhum tipo de aprendizagem. É possível que os gremistas estejam construindo conhecimentos espontâneos¹ referentes a sua atuação à frente dos grêmios. Entretanto, na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, a escola é o local de apropriação dos conhecimentos sistematizados e das objetivações das gerações anteriores, e esses, não nos parecem ser oportunizados aos alunos durante a sua atuação como diretores gremistas.

Na terceira oficina, foi possível identificar mais um aspecto do funcionamento dos grêmios que compromete a representação discente e evidencia a falta de conhecimento dos estudantes sobre seus próprios estatutos: duas instâncias deliberativas do grêmio estudantil, previstas nos estatutos, não funcionam em nenhuma das três escolas. Durante uma das atividades da oficina, os alunos relataram que nunca ouviram falar sobre o Conselho de Representantes de Turma e a Assembleia Geral; portanto, não souberam dizer quais são suas atribuições. Essas duas instâncias estão previstas nos estatutos dos três grêmios estudantis. Entretanto, em todas as escolas pesquisadas, só há registro de convocação da Assembleia Geral para a fundação dos grêmios; além disso, não encontramos mais nenhuma referência a essa instância em nenhum dos livros de atas. Da mesma forma, não foram encontrados registros sobre reuniões do Conselho de Representantes de Turma. O funcionamento do grêmio estudantil, assim, fica restrito a diretoria gremista, que, como verificado, não dá conta de representar os interesses discentes nos processos decisórios que se desencadeiam na escola.

Desde a primeira oficina, organizamos momentos para que os alunos planejassem ações que deveriam ser executadas ao longo do curso. Previamente, definimos três tipos de ações: as de diagnóstico, as de comunicação e as de intervenção. As ações de diagnóstico eram propostas para que os alunos conhecessem a realidade da escola que tivesse relação direta com as ações

que pretendiam desenvolver; as ações de comunicação eram aquelas em que os gremistas definiam canais de diálogo e informação junto aos alunos representados, de maneira que não gerenciassem os grêmios estudantis sem a participação dos outros alunos; já as ações de intervenção eram aquelas que deveriam ser executadas visando os interesses dos alunos da escola. Definir previamente os tipos de ação com as quais trabalharíamos não significou engessar as possibilidades de planejamento dos alunos. Em cada escola, eles definiam ações próprias que gostariam de colocar em prática. Nossa definição prévia daqueles tipos teve como intenção sistematizar o trabalho com os participantes das oficinas. Na tabela a seguir, estão sintetizadas as ações planejadas pelos participantes das oficinas, bem como a indicação se foram ou não executadas.

QUADRO 2 – DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DURANTE AS OFICINAS			
GRÊMIO ESTUDANTIL	AÇÃO DE DIAGNÓSTICO	AÇÃO DE COMUNICAÇÃO	AÇÃO DE INTERVENÇÃO
EMEF L	Levantar o número de alunos em cada turno para solicitar ao diretor a construção de um bicicletário. Não executaram.	Conversar com os representantes de turma sobre as demandas dos alunos. Executaram.	Roda de conversa com membros do conselho de escola, diretores gremistas e representantes de turma, tendo em vista a utilização da verba da escola para atender as demandas dos alunos. Não executaram.
EMEF A	Levantamento de diversas informações, como quantidade de livros didáticos que faltam na escola e condicionadores de ar que precisavam de manutenção. Não executaram.	Caixa de sugestões. Não executaram. Depois, duas alunas decidiram, sozinhas, conversar com dois alunos por turma para levantamento de demandas discentes. Executaram.	Conversa com membros do conselho de escola para conseguir as melhorias físicas indicadas pelos alunos. Não executaram.
EMEF B (oficinas no matutino)	Não planejaram, nem executaram.	Planejaram uma caixa de sugestões. Não executaram.	Discutiram a eleição dos representantes de turma, mas não a planejaram e nem executaram.
EMEF B (oficinas no vespertino)	Levantamento de diversas informações, como os integrantes do conselho de escola e a situação de preservação da quadra. De todas, identificaram quais ventiladores das salas de aula apresentavam problemas.	Não planejaram, nem executaram.	Roda de conversa sobre bullying, suicídio e respeito ao próximo. Uma aluna fez os slides, mas a roda de conversa não aconteceu.

Fonte: elaborado pelos autores, 2018.

A presente tabela contribui para elaborarmos um diagnóstico da atuação dos alunos por meio dos grêmios estudantis. Nesse sentido, afirmamos que os estudantes apresentam dificuldades em executar as ações planejadas. Os membros do grêmio estudantil da “EMEF L”, por exemplo, afirmaram não terem conseguido fazer o levantamento do número de alunos em cada turno pelo fato de não conseguirem uma reunião com o diretor escolar. Tal afirmação dos próprios gremistas evidencia que eles não têm uma noção clara de onde buscar as informações que desejam e ficam na dependência de determinados profissionais da escola, como o diretor escolar ou o pedagogo, mesmo que tenham sido orientados que tal informação poderia ser requerida na secretaria da escola. Na “EMEF A”, os alunos que participaram das oficinas só construíram as caixas de sugestões, como planejado por eles, no dia em que fizemos a visita de observação – esta geralmente feita na semana seguinte a cada oficina. Ao chegarmos à escola para verificar como havia sido a execução do planejamento feito dez dias antes, fomos informados que os alunos não deram prosseguimento ao iniciado na oficina, ou seja, não finalizaram o planejamento e nem iniciaram sua execução. Propusemos, então, fazer naquele momento as atividades necessárias. Foi assim que as caixas foram construídas e os alunos se organizaram para executar a ação. Ao serem perguntados sobre o porquê de não desenvolverem as ações planejadas, os alunos justificaram que não foram autorizados pelos professores a saírem da sala de aula e que não conseguiram conversar com a pedagoga, pois ela estava sempre ocupada atendendo pais e resolvendo outros problemas mais urgentes. Também se justificaram afirmando que os colegas não cumpriam os combinados, o que os impossibilitava de agir. O mesmo foi afirmado pelos diretores gremistas da “EMEF B”, ao justificarem a não execução das ações planejadas. Estes afirmaram que nos dias seguintes ao planejamento, foram realizados muitos “passeios” com os alunos da escola, o que impossibilitou fazer um levantamento de reivindicações junto às turmas. Também afirmaram que não conseguiram conversar com a pedagoga, não podendo, desta forma, iniciar as ações. Por fim, reclamaram dos colegas que não participam ativamente e não cumprem o combinado. Acusavam um ao outro, mas não assumiam nenhuma responsabilidade.

O que percebemos é que os estudantes têm grande dependência dos profissionais da escola para agirem. Sempre esperam a autorização e a ajuda deles. Até mesmo para conseguirem uma cartolina, como no caso dos gremistas da “EMEF L”, que não divulgaram os resultados da reunião com os representantes de turma, como planejado, porque não conseguiram pegar uma cartolina com a pedagoga. Ao serem questionados se não teriam uma alternativa para conseguirem as cartolinas ou substituí-las por outro material, os alunos afirmaram que não tinham pensado em outras formas. Verificamos que os alunos não assumem a responsabilidade em executar as ações e pensar alternativas para que elas saiam do papel. Sempre esperam a participação de um adulto da escola. Ainda não nos arriscamos a explicar tal situação, mas inclinamo-nos a defender a hipótese de que os processos educativos que se desenrolam na nossa sociedade, sejam eles no âmbito familiar, na participação em atividades religiosas, na escola, ou em outros espaços, contribuem para a que os adolescentes formem sua personalidade – ou seja, objetivem-se – pautados por essa constante dependência em relação aos adultos. Não estamos culpabilizando os adolescentes por tais atitudes. Antes, defendemos que a postura dos alunos relatada acima, e identificada por nós durante as oficinas, está relacionada a forma como nossa sociedade educa e se relaciona com os jovens.

Outro aspecto do grêmio estudantil verificado é que os gremistas não mantêm, com os alunos da escola, canais de comunicação sistematizados, como por exemplo, uma caixa de sugestões, uma página nas redes sociais, ou mesmo a reunião periódica com os estudantes. Por comunicação sistematizada entendemos aquelas ações que são desenvolvidas de forma constante e que permitem manter, entre a diretoria gremista e os alunos representados, diálogos que orientem a atuação dos membros da diretoria do grêmio estudantil. Além disso, o Conselho de Representantes de Turma não funciona e a Assembleia Geral não é convocada. A representação discente, neste caso, fica comprometida, pois a diretoria gremista é eleita e a participação dos outros alunos na gestão do grêmio não ocorre. Lembrando que o Conselho de Representantes de Turma e a Assembleia Geral são instâncias deliberativas constantes no estatuto de todos os grêmios pesquisados. Assim sendo, as ações desenvolvidas pelos gremistas, quando existem, não nos parecem representar os interesses discentes.

A partir de tais constatações, perguntamo-nos que aspectos da nossa realidade contribuem para entendermos os limites e as possibilidades da atuação dos estudantes por meio dos grêmios

estudantis, levantados neste momento da pesquisa. Comprendemos que a situação dos grêmios estudantis identificada na presente pesquisa é uma síntese de múltiplas determinações; entretanto não cabe no presente artigo a discussão de todos os elementos que afetam diretamente o funcionamento de tais entidades. Neste artigo, nos detemos na tradição de gestão escolar em que estamos inseridos, bem como a forma que a gestão das escolas municipais da Serra está colocada em relação à participação dos estudantes nos espaços de decisão dentro da escola. Tal discussão se faz necessária para visualizarmos a atuação dos alunos por meio dos grêmios como uma das partes de um todo, que se relaciona com vários aspectos sociais que acabam por emergir nas escolas. Os grêmios estudantis não podem ser entendidos como entidades isoladas dos outros processos que são desencadeados dentro da escola e também fora dela. Tanto os alunos que deles participam, quanto os próprios grêmios estudantis enquanto instrumentos de participação democrática, pertencem a uma dada sociedade e estão localizados no tempo e no espaço; ou seja, estão ligados a um contexto histórico e social que, em última análise, determinam limites e possibilidades de seu funcionamento.

GRÊMIOS ESTUDANTIS E GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS: POSSÍVEIS RELAÇÕES

O ponto de partida para iniciarmos a pesquisa de mestrado foi o Projeto Grêmios em Ação, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação da Serra entre os anos de 2014 e 2017. A partir da análise do desenvolvimento daquele projeto (ZAMBON, 2018), foi possível constatar que a participação dos alunos nos espaços de decisão e representação dentro da escola era muito frágil, e tal situação não ficava restrita aos grêmios estudantis. Também nos conselhos de escola, a atuação dos alunos se encontrava fragilizada, mesmo sendo uma obrigatoriedade legal¹. Coelho (2013), ao analisar a participação de crianças na gestão escolar de uma unidade de ensino da rede municipal da Serra (ES), verificou “[...] em muitos momentos, a invisibilização política desse segmento” (COELHO, 2013, p. 97). A referida autora, além de entrevistar estudantes e profissionais da unidade de ensino pesquisada, analisou todas as atas

do conselho de escola entre os anos de 1995 e 2013 (neste último ano, a análise foi até o mês de maio) e afirmou que ao “[...] analisarmos a participação do segmento de alunos, percebemos que, embora seus representantes constem, por exemplo, no livro de registros do Cartório, na prática, a presença ou participação não era efetiva” (COELHO, 2013, p. 100). A autora, inclusive, afirma que em 2012, ano de eleição dos representantes do conselho em todas as unidades de ensino da rede municipal da Serra, os representantes dos alunos, da escola pesquisada, não foram eleitos como determinava a legislação municipal daquela época; “[...] os adultos escolheram algumas crianças para formalizar o Conselho de Escola sem, ao menos, consultá-las” (COELHO, 2013, p. 127).

O que Coelho (2013) relata não é um caso isolado. Foi comum, na nossa experiência profissional na Educação Básica, encontrar alunos que não sabiam o que era o conselho de escola e muito menos quem eram seus representantes em tais colegiados. Apesar de terem os nomes devidamente registrados em atas, como está determinado na legislação, os alunos, na maioria das vezes, não participavam das reuniões em que eram discutidos assuntos importantes para a unidade de ensino, tais como a utilização dos recursos financeiros repassados diretamente às escolas, o índice de aprovação/reprovação ou a proposição de projetos e ações pedagógicas. Ou seja, seus posicionamentos e ideias não eram apresentados ou considerados para a tomada de decisões. Tal situação também foi relatada pelos participantes das oficinas da presente pesquisa.

Na legislação sobre gestão democrática do ensino no município da Serra², encontram-se diversos dispositivos que garantem a participação da comunidade escolar e local nos processos decisórios institucionalizados nas escolas. A Lei N° 2.478, de 08 de janeiro de 2002, em seu artigo 2º, inciso III, determina como um dos fundamentos da gestão democrática das unidades de ensino do município a “participação dos segmentos da sociedade em instâncias, entidades e órgãos colegiados da Educação” (SERRA, 2002), o que contempla a participação dos alunos nos conselhos de escola e nos grêmios estudantis. O artigo 3º, inciso IV, é ainda mais específico, pois nele está a “garantia de participação dos representantes da comunidade escolar e local nas deliberações do Conselho de Escola” (SERRA, 2002). O entendimento de comunidade escolar e local está explícito na Portaria N N° 003, de 20 de abril de 2018, em seu artigo 4º: alunos regularmente matriculados e frequentes, membros do magistério e demais servidores da

unidade de ensino, pais de alunos ou responsáveis e representantes da comunidade local (SERRA, 2018a). O diretor Escolar é um membro nato do conselho de escola e deve, de acordo com a Lei Nº 4.792 de 02 de abril de 2018, ser, obrigatoriamente, o presidente (SERRA, 2018b).

Entre as competências do diretor Escolar, no artigo 6º da Lei Nº 2.478, está determinado, entre suas atribuições,

difundir e criar oportunidades de discussão e reflexão, na escola, relativos aos estatutos vinculatórios, leis, resoluções, pareceres”, bem como “encorajar e organizar a participação dos pais, alunos e comunidade local na vida escolar e no Conselho de Escola e apoiá-los para que conheçam seus direitos e responsabilidades (SERRA, 2002).

Ou seja, o Diretor Escolar deve criar condições para que os segmentos da comunidade escolar e local conheçam a legislação e participem das instâncias decisórias existentes na escola.

Por lei, os conselhos de escola da rede municipal de ensino da Serra são considerados sociedades civis, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Tal denominação, de acordo com o Código Civil brasileiro, confere aos conselhos de escola certa autonomia na tomada de decisão, por exemplo, em como gerir os recursos financeiros que recebem. Está definido, ainda, que tais entidades possuem função consultiva, deliberativa e fiscalizadora em questões pedagógicas, administrativas e financeiras. Ou seja, a autonomia que os conselhos de escola gozam, em termos legais, refere-se a todo o funcionamento da escola. É, portanto, o principal espaço de debate e de tomada de decisões dentro do espaço escolar. Em termos legais, a participação da comunidade escolar e local nos conselhos de escola, órgão máximo de decisão dentro das unidades de ensino, torna-se uma obrigação; pois, sem a devida participação, a escola pode até mesmo ficar sem as verbas que lhe cabem.

A despeito de todos os mecanismos legais que formalizam a participação de todos os segmentos da comunidade escolar e local nas instâncias deliberativas das escolas, a presença dos estudantes nos processos decisórios não é significativa e, em muitos casos, como visto acima, é inexistente. Tal situação está diretamente relacionada à forma como a gestão democrática no ensino foi implantada no Brasil.

Na década de 1980, houve grande pressão popular pela democratização da gestão escolar. Entre as principais bandeiras estava a “Instituição de colegiados escolares, eleitos pela comunidade, com o intuito de frear arbitrariedades perpetradas pela administração do sistema e da escola” (MINTO, 2012, p. 181). Entretanto, as forças políticas que atuavam na definição de legislações educacionais no Brasil eram variadas e nem todas defendiam a democratização como forma de potencializar o acesso de diferentes grupos ao poder; existiam outros interesses. Dessa forma, Minto (2013) afirma que

Como o texto constitucional não estabeleceu a definição do termo “democrático”, a reivindicação pela “gestão democrática” tornou-se suscetível a deformações e equívocos. Assim, o que, no plano formal, se revelava um importante avanço, acabou não se traduzindo plenamente na criação de mecanismos reais de participação da comunidade nas instâncias decisórias dos sistemas de ensino e das unidades escolares (p. 183).

O autor defende que as reformas na área de educação, na década de 1990, foram pautadas pelo neoliberalismo e o princípio do estado mínimo. Foi disseminado, naquela época, o discurso da eficiência governamental pautada pela aprovação e pelo uso mínimo de recursos. Nesse contexto, a participação da comunidade escolar e local na gestão da escola visava principalmente a diminuição de custos e o descomprometimento do estado com a educação.

Na mesma perspectiva, Oliveira (2013) defende que a gestão democrática na educação brasileira foi institucionalizada num contexto de adoção de políticas neoliberais que objetivavam a diminuição dos investimentos do Estado em áreas sociais. Assim, a gestão democrática nos sistemas de ensino serviria muito mais para retirar atribuições e responsabilidades do Estado em relação à educação, do que realmente democratizar a gestão das escolas.

A autora afirma que, em relação aos planos de desenvolvimentos brasileiros “[...] as questões sociais são tomadas como instrumentos dos imperativos econômicos nos planos [...]” (OLIVEIRA, 2013, p. 65). A educação, em tal perspectiva, é entendida como um fator de desenvolvimento econômico e sua função se torna contribuir com o desenvolvimento produtivo do país. Os interesses educacionais, neste caso, devem ser submetidos aos interesses e planejamentos econômicos. Foi exatamente isso que aconteceu na década de 1990, quando a

gestão democrática foi institucionalizada no Brasil. Desde a década de 1980, a ideia de que o Estado deve ser reduzido em suas funções, de forma a dinamizar a economia e potencializar o seu crescimento, ganha força no Brasil.

Diante desse quadro de crise do estado assistencialista e provedor, a necessidade de reformas administrativas se impõe como forma de atribuir condições e possibilidades de crescimento econômico com equidade social. O apelo às reformas vem no sentido de superar (ou evitar) a falência do Estado, recuperando a eficácia dos mecanismos de financiamento do setor público e das políticas sociais em particular. As reformas administrativas propostas apresentam como tendência geral à descentralização e desconcentração dos poderes de decisão e à restauração da capacidade de coordenação e planejamento (OLIVEIRA, 2013, p. 87).

Neste contexto, a autonomia ganha espaço nos novos modelos de gestão, mas não como forma de democratizar as decisões e incentivar a participação de todos. Pelo contrário, a lógica que permeia essa nova configuração, descentralizada, é a lógica do capital pautada pelo neoliberalismo.

O liberalismo não significa a ausência do Estado enquanto reprodutor das condições necessárias para a realização da produção capitalista. No entanto, na atualidade, muitas empresas vêm tomando para si estas tarefas, direcionando-as para a consecução de seus interesses, o que vem resultando num deslocamento do centro de decisões do Estado para outros polos menos visíveis de poder (OLIVEIRA, 2013, p. 93).

Em tal perspectiva, o interesse não é o da participação efetiva e consciente da sociedade na gestão dos sistemas educacionais, mas sim o da desresponsabilização do Estado em relação às suas funções sociais. Isso pode ser visualizado na baixa participação dos segmentos sociais nos conselhos de escola, por exemplo. Apesar de a lei garantir a gestão democrática das unidades de ensino e obrigar a participação de diferentes segmentos no conselho de escola, que é o seu principal órgão deliberativo, não são criadas e nem ao menos discutidas condições mínimas para a participação desses segmentos nas reuniões. A estrutura de funcionamento das escolas não possibilita que professores, funcionários da escola, alunos e até mesmo o diretor, participe ativamente das reuniões do conselho e se preparem para elas.

Além disso, uma série de atribuições e trâmites burocráticos fazem com que diretores destinem mais tempo às necessidades administrativas que às pedagógicas, mais ao preenchimento de papéis que devem ser enviados às secretarias de educação, que a organização de formas de participação. Nesse sentido, o estabelecimento de legislações sobre gestão democrática não garante a sua efetiva existência nas unidades de ensino, visto a quantidade de atribuições e a falta de pessoal recorrente nas escolas do município. Ao analisar as atribuições do diretor escolar constantes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e compará-las às que pautaram a referida função durante a ditadura militar, que adotava a perspectiva tecnicista de educação, Minto (2012) afirma que o caráter genérico e pouco detalhado da LDB não implicou em mudanças significativas nesse aspecto. O cargo de diretor se manteve como uma função administrativa e burocrática de execução de ordens. Tal situação, nas palavras do referido autor, “[...] indica que as funções a serem exercidas pelo Diretor ainda têm pouca relação com as questões propriamente pedagógicas, sendo este um cargo encarado muito mais como de gestão técnica e administrativa” (MINTO, 2012. p. 194).

Realidade verificada por Galdino (2016) em sua pesquisa de mestrado. Ao analisar a gestão dos centros de educação infantil do município da Serra, a autora identifica que o excesso de atribuições ligadas às questões administrativas e financeiras, e mesmo cotidianas como abrir e fechar a escola e cuidar da entrada e da saída de pessoas tomam muito tempo dos gestores, muitas vezes, chegando a impossibilitá-los de participar do trabalho pedagógico da escola:

Sobre as atividades que constituem o trabalho do gestor, os dados evidenciam que trata-se de uma função com muitas atribuições que envolvem as dimensões administrativa, pedagógica e financeira. A função administrativa é a que mais ocupa o tempo do gestor; a financeira é a que apresenta maior dificuldade de atuação, considerando as exigências para a utilização dos recursos e das prestações de contas, o que requer conhecimentos, os quais os gestores afirmam não possuir para desenvolver esse trabalho.

Em relação à dimensão administrativa, percebemos que a sobrecarga advém de atividades que não se constituem atribuições inerentes à função de gestor, mas que são realizadas pelos mesmos devido à insuficiência de recursos humanos ou à falta de profissionais com condições técnicas nas instituições para a realização destas atividades. Esse contexto contribui na sobrecarga de trabalho desses profissionais (GALDINO, 2016, p. 171 – 172).

Nesse contexto de excesso de atribuições, aparece o discurso do diretor em compartilhar a gestão da escola como forma de dar conta do trabalho e não como forma de democratizar as decisões.

É exatamente sob tal conjuntura, em que a gestão democrática é implantada nos sistemas de ensino em todo o Brasil a partir da perspectiva neoliberal do Estado mínimo, que os grêmios estudantis recomeçam sua história, após a ditadura militar; o que acarretará consequências para o funcionamento dessas entidades em relação aos dois aspectos que defendemos para o trabalho com elas: o de que os grêmios são espaços de representação dos interesses discentes e; devem oportunizar aos estudantes a apropriação de conhecimentos sistematizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento dos dados, feito durante as oficinas, e de suas análises, afirmamos que o funcionamento dos grêmios estudantis está prejudicado, quando considerados a partir dos dois aspectos: o da representação dos interesses discentes e o da apropriação do conhecimento sistematizado. Foi observado, ao longo do trabalho de campo, que os estudantes não têm conhecimento sobre as entidades deliberativas institucionalizadas dentro das escolas; ou seja, a participação no grêmio estudantil não está garantindo aos estudantes a apropriação de conhecimentos que dizem respeito a sua própria atuação em tais entidades. Compreendendo a escola como o local privilegiado para a apropriação dos conhecimentos sistematizados e das objetivações das gerações anteriores, afim de que os indivíduos se instrumentalizem para agir e revolucionar a realidade (DUARTE, 2013; 2016; SAVIANI, 1999; 2011), infere-se que o trabalho com os grêmios estudantis deve ser organizado de forma a contribuir com a socialização dos conteúdos científicos, artísticos e filosóficos.

A atuação dos estudantes nos grêmios estudantis, também, não está garantindo a representação de seus próprios interesses, uma vez que as ações pensadas pelos estudantes devem passar pelo crivo dos profissionais da escola, não sendo executadas, caso não haja a concordância daqueles.



Tais problemas têm relação direta com a forma como a gestão democrática das escolas brasileiras foi efetivada, no momento de predominância do neoliberalismo na política brasileira. As lutas realizadas pelos movimentos sociais garantiram que fossem criados dispositivos legais para a institucionalização da gestão democrática, mas não asseguraram a efetivação real de sua prática nas escolas. As condições materiais da educação brasileira são obstáculos que precisam ser superados para que a gestão democrática seja implementada. O excesso de atribuições administrativas, financeiras e burocráticas dos diretores, a falta de profissionais qualificados para a execução dessas atribuições, que vão se tornando cada vez mais complexas, os investimentos que não acompanham as necessidades das escolas nos tempos atuais e a falta de mecanismos que possibilitem a participação da comunidade escolar e local nos conselhos são alguns dos obstáculos, que acabam, em última análise, comprometendo a atuação dos estudantes nos grêmios estudantis.

NOTAS

¹ Para diferenciar o conhecimento espontâneo e o conhecimento sistematizado, SAVIANI (2011) utiliza três palavras gregas, doxa (δόξα), sofia (σοφία) e episteme (ἐπιστήμη): “Doxa significa opinião, isto é, o saber próprio do senso comum, o conhecimento espontâneo ligado diretamente à experiência cotidiana, um claro-escuro, misto de verdade e de erro. Sofia é a sabedoria fundada numa longa experiência da vida. É nesse sentido que se diz que os velhos são sábios e que os jovens devem ouvir seus conselhos. Finalmente, episteme significa ciência, isto é, o conhecimento metódico e sistematizado” (SAVIANI, 2011, p. 14).

² Na lei de diretrizes e bases da educação nacional, em seu art. 14, está garantido como princípio da gestão democrática a “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”, sendo que cada sistema de ensino define suas normas próprias para a gestão democrática. No município da Serra, na lei 2.478/2002, em seu art. 9º, está garantida a participação dos alunos no conselho de escola. Já na portaria n 002/2016, está estabelecida a idade mínima dos estudantes em 10 anos. Em relação ao grêmios estudantis, na lei 7.398/1985 está assegurada a existência de tais entidades a alunos secundaristas (a lei não conceitua secundaristas). No estatuto da criança e do adolescente (lei 8.069/1990), em seu art. 53, é assegurado, a toda criança e adolescente, o “direito de organização e participação em entidades estudantis”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 7.398**, de 4 de Novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7398.htm>. Acesso em: 28 ago. 2018.

_____. **Lei nº 8.069**, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 28 ago. 2018.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 ago. 2018.

COELHO, Paula C. A. **A participação das crianças na gestão escolar**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES, 2013. Disponível em

<http://repositorio.ufes.br/jspui/bitstream/10/2372/1/tese_6801_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20A%20participa%C3%A7%C3%A3o%20das%20crian%C3%A7as%20na%20gest%C3%A3o%20escolar%20-%20.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2018.

GALDINO, L. **Gestão institucional na Educação Infantil**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES, 2016. Disponível em

<http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9777_Dissertacao%20Luciana%20versao%20final.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2018.

MINTO, L. W. A administração escolar no contexto da Nova República e do Liberalismo. In: ANDREOTTI, A. L.; LOMBARDI, J. C.; MINTO, L. W. (Org.). **História da Administração Escolar no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.

OLIVEIRA, D. A. Educação e planejamento: a escola como núcleo da gestão. In: _____ (Org.). **Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos**. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PARO, V. H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. In: _____ (Org.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11ª ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção educação contemporânea).

SERRA. **Lei nº 2.478**, de 08 de Janeiro de 2002. Dispõe sobre a gestão democrática do ensino público da rede municipal e dá outras providências. 2002. Disponível em:

<<http://legis.serra.es.gov.br/normas/images/leis/html/L24782002.html>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

_____. **Lei nº 4.792**, de 02 de Abril de 2018. ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.478/2002. 2018a. Disponível em:

<<http://legis.serra.es.gov.br/normas/images/leis/html/L47922018.html>>. Acesso em: 28 ago. 2018.



_____. **Portaria N nº 003**, de 20 de abril de 2018. Estabelece critérios para o processo de eleição dos representantes dos segmentos da comunidade escolar e local que formarão os colegiados dos Conselhos de Escola das Unidades de Ensino da Rede Municipal da Serra e dá outras providências. 2018b. (CD-ROM).

ZAMBON, G. F. de O. **Grêmios Estudantis: caminhos para a emancipação**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino de Humanidades) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades, Instituto Federal de Educação do Espírito Santo, Vitória, ES, 2018. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7414511. Acesso em: 06 jul. 2019.